

Dengue: monitoramento até a Semana Epidemiológica (SE) 22 de 2014

Em 2014 foram registrados 515.663 casos de dengue no país até a semana epidemiológica 22 (25/05 a 31/05) (Figura 1). A região Sudeste teve o maior número de casos (299.180 casos; 58,0%), seguida das regiões Centro-Oeste (98.102 casos; 19,0%), Nordeste (50.269 casos; 9,7%), Sul (41.508 casos; 8,0%) e Norte (26.604 casos; 5,2%) (Tabela 1). Na análise comparativa em relação a 2013, observa-se redução de 61,4% dos casos no país.

A análise das incidências (número de casos por 100 mil habitantes), nas Unidades da Federação (UFs) demonstra redução em todas as regiões. No entanto, as seguintes UFs apresentam aumento no número absoluto de casos e incidência: Acre (490,4 casos), Roraima (111,9 casos), Sergipe

(68,0 casos), Santa Catarina (5,4 casos), Rio Grande do Sul (4,9 casos) e Distrito Federal (360,3 casos). Cabe destacar que, ainda que observado aumento do número de casos nestas UFs, as incidências em Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul permanecem inferiores a 100 casos/100 mil habitantes, o que é considerado baixa incidência (Tabela 1).

Dos doze municípios-sede da Copa, três deles (São Paulo, Brasília e Salvador) apresentam um aumento no registro de casos no período analisado de 2014. Curitiba registrou apenas um caso. Entretanto, em todas as cidades-sede, observa-se, a partir do mês de maio, redução sustentada na transmissão da doença. (Tabela 2).

Casos graves e óbitos

Em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue da Organização

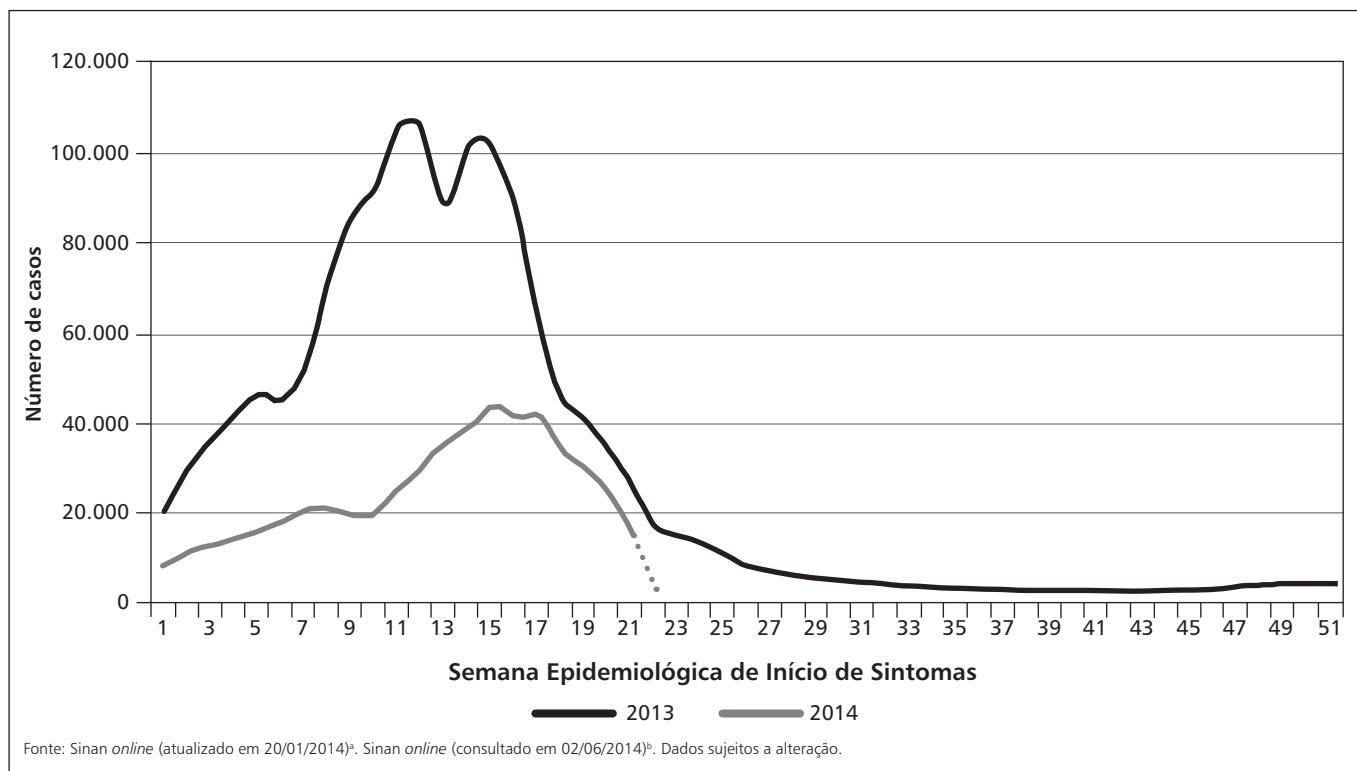


Figura 1 – Casos de dengue por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2013^a e 2014^b

Tabela 1 – Número de casos notificados de dengue e taxa de incidência (por 100.000 hab.), por região e Unidade da Federação, 2013 e 2014

Região/UF	SE 01 a 22		Incidência (/100 mil hab.)	
	2013 ^a	2014 ^b	2013 ^a	2014 ^b
Norte	2.395	26.604	249,2	156,4
Rondônia	8.376	2.886	484,7	167,0
Acre	2.268	3.808	292,1	490,4
Amazonas	14.735	7.174	387,0	188,4
Roraima	347	546	71,1	111,9
Pará	8.063	5.021	100,8	62,8
Amapá	1.464	812	199,2	110,5
Tocantins	7.142	6.357	483,2	430,1
Nordeste	104.105	50.269	186,6	90,1
Maranhão	2.589	1.601	38,1	23,6
Piauí	3.137	3.108	98,5	97,6
Ceará	15.805	14.536	180,0	165,6
Rio Grande do Norte	10.010	5.750	296,7	170,4
Paraíba	7.232	3.612	184,8	92,3
Pernambuco	5.189	4.445	56,3	48,3
Alagoas	4.849	4.052	146,9	122,8
Sergipe	358	1.492	16,3	68,0
Bahia	54.936	11.673	365,2	77,6
Sudeste	881.255	299.180	1.043,3	354,2
Minas Gerais	407.347	66.918	1.978,0	324,9
Espírito Santo	58.366	14.542	1.520,2	378,8
Rio de Janeiro	203.920	8.036	1.245,8	49,1
São Paulo	211.622	209.684	484,7	480,2
Sul	65.570	41.508	227,7	144,1
Paraná	64.813	40.599	589,3	369,2
Santa Catarina	337	359	5,1	5,4
Rio Grande do Sul	420	550	3,8	4,9
Centro-Oeste	242.396	98.102	1616,7	654,3
Mato Grosso do Sul	76.774	5.940	2.967,4	229,6
Mato Grosso	31.498	6.970	989,8	219,0
Goiás	124.801	75.140	1.939,7	1.167,8
Distrito Federal	9.323	10.052	334,2	360,3
Total	1.335.721	515.663	664,3	256,5

Fonte: Sinan online (atualizado em 20/01/2014)^a. Sinan online (consultado em 02/06/2014)^b. Dados sujeitos a alteração.

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Jarbas Barbosa da Silva Jr (Editor Geral), Sônia Maria Feitosa Brito, Carlos Augusto Vaz de Souza, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, Deborah Carvalho Malta, Fábio Caldas de Mesquita, Marcus Vinicius Quito, Elisete Duarte, Marta Roberta Santana Coelho, Eunice de Lima, Carlos Estênio Freire Brasilino.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Giovanini Evelim Coelho (Editor Científico), Gilmar Lima Nascimento (Editora Assistente), Izabel Lucena Gadioli (Editora Assistente).

Colaboradores

Isabela Ornelas Pereira (CGPNCD/DEVIT/SVS), Jaqueline Martins (CGPNCD/DEVIT/SVS), Kauara Brito Campos (CGPNCD/DEVIT/SVS), Livia Carla Vinhal (CGPNCD/DEVIT/SVS), Matheus de Paula Ceroni (CGPNCD/DEVIT/SVS), Priscila Leal Leite (CGPNCD/DEVIT/SVS), Sulamita Brandão Barbiratto (CGPNCD/DEVIT/SVS).

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Revisão de texto

Thais de Souza Andrade Pansani (CGDEP/SVS)

Tabela 2 – Casos notificados de dengue e taxas de incidência (por 100.000 hab.) nos municípios sede da Copa em 2013 e 2014

UF	Município	2013 ^a	Casos SE 01 a 22			
			2014 ^b			
			Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Total
SP	São Paulo	4.215	3.078	29.780	4.811	37.669
DF	Brasília	9.323	3.008	5.309	1.735	10.052
MG	Belo Horizonte	96.815	3.278	4.155	308	7.741
BA	Salvador	865	893	2.229	446	3.568
AM	Manaus	11.514	923	1.665	285	2.873
CE	Fortaleza	3.876	1.016	1.329	489	2.834
RJ	Rio de Janeiro	63.019	1.107	655	94	1.856
MT	Cuiabá	2.647	318	393	74	785
RN	Natal	1.478	225	426	67	718
PE	Recife	1.294	85	74	135	294
RS	Porto Alegre ^c	147	1	4	0	5
PR	Curitiba ^c	0	1	0	0	1

Fonte: Sinan online (atualizado em 20/01/2014)^a. Sinan online (consultado em 29/05/2014)^b. Casos autóctones confirmados^c. Dados sujeitos a alteração.

Mundial da Saúde (OMS). Agora os casos são classificados como **dengue**, **dengue com sinais de alarme**, e **dengue grave**. Por essa razão, não é possível fazer a comparação direta dos casos graves com 2013 tendo em vista que nesse ano adotava-se para tais casos a seguinte classificação: febre hemorrágica da dengue (FHD), síndrome do choque da dengue (SCD) e dengue com complicações (DCC).

Destaca-se que a adoção da nova classificação de casos graves não traz prejuízos para a análise da situação epidemiológica porque a mortalidade é um indicador da ocorrência de casos graves.

Em 2014, da SE 01 até a SE 22, foram confirmados no país 236 casos de dengue grave e 3.324 casos com sinais de alarme. A região com maior número de registros de casos graves e com sinais de alarme é a região Sudeste (114 graves; 2.548 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição entre seus estados: São Paulo (77 graves; 2.065 com sinais de alarme), Minas Gerais (24 graves; 325 com sinais de alarme), Rio de Janeiro (6 graves; 28 com sinais de alarme) e Espírito Santo (7 graves; 130 com sinais de alarme). A segunda região com maior número de casos é a Centro-Oeste (65 graves; 394 com sinais de alarme), com a seguinte distribuição: Goiás (43 graves; 340 com sinais de alarme), Distrito Federal (17 graves; 19 com sinais de alarme), Mato Grosso (2 graves; 16 com sinais de alarme) e Mato Grosso do Sul (3 graves; 19 com sinais

de alarme). Houve também confirmação de 149 óbitos, o que representa uma redução no país de 70% em comparação com o mesmo período de 2013, quando foram confirmados 500 óbitos (Tabela 3).

Existem 218 casos graves e com sinais de alarme e 210 óbitos em investigação que poderão ser confirmados ou descartados nas próximas semanas.

Sorotipos virais

Nos meses de janeiro a maio de 2014 foram enviadas 6.321 amostras para realização do exame de isolamento viral, sendo 2.032 positivos (32,1%). As proporções dos sorotipos virais identificados foram: DENV1 (80,1%), seguido de DENV4 (17,7%), DENV2 (1,8%) e DENV3 (0,4%) (Tabela 4). Existem informações de isolamento viral de 19 (70,4%) UFs. Nas UFs com incidência acima de 100 casos/100 mil habitantes, a proporção de sorotipos isolados é a seguinte: Rondônia (100% DENV4), Acre (sem informações), Amazonas (100% DENV4), Tocantins (100% DENV4), Minas Gerais (95,7% DENV1 e 4,3% DENV4), Espírito Santo (41,7% DENV1 e 58,3% DENV4), São Paulo (91% DENV1, 5,4% DENV4 e 3,6% DENV2), Paraná (99% DENV1 e 1% DENV4), Mato Grosso do Sul (6% DENV1 e 94% DENV4), Mato Grosso (sem informações), Goiás (81,5% DENV1 e 18,5% DENV4) e Distrito Federal (100% DENV1).

Tabela 3 – Casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados em 2013 e 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	SE 01 a 22				
	Casos confirmados			Óbitos confirmados	
	2013 ^a	2014 ^b		2013 ^a	2014 ^b
	Dengue grave ¹	Dengue grave ²	Dengue com sinais de alarme ²		
Norte	176	2	36	27	4
Rondônia	28	0	3	4	1
Acre	2	0	2	0	0
Amazonas	88	2	6	9	3
Roraima	0	0	1	0	0
Pará	33	0	8	10	0
Amapá	6	0	0	1	0
Tocantins	19	0	16	3	0
Nordeste	373	42	237	83	26
Maranhão	29	4	20	11	1
Piauí	12	7	7	1	1
Ceará	70	7	85	28	7
Rio Grande do Norte	61	0	40	10	0
Paraíba	56	5	9	9	2
Pernambuco	32	0	0	12	5
Alagoas	13	2	24	0	0
Sergipe	1	3	4	0	3
Bahia	99	14	48	12	7
Sudeste	3.202	114	2.548	239	69
Minas Gerais	362	24	325	96	21
Espírito Santo	1.243	7	130	22	3
Rio de Janeiro	1.192	6	28	53	7
São Paulo	405	77	2.065	68	38
Sul	228	13	109	26	8
Paraná	226	13	107	26	8
Santa Catarina	1	0	1	0	0
Rio Grande do Sul	1	0	1	0	0
Centro-Oeste	1.942	65	394	125	42
Mato Grosso do Sul	746	3	19	34	3
Mato Grosso	93	2	16	23	4
Goiás	1.090	43	340	63	28
Distrito Federal	13	17	19	5	7
Brasil	5.921	236	3.324	500	149

Fonte:

a) Sinan *online* (atualizado em 20/01/2014).

b) Sinan *online* (consultado em 02/06/2014). Dados sujeitos a alteração.

1) Classificação final de dengue utilizada até 2013

2) Nova classificação final adotada pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Tabela 4 – Número de amostras examinadas, percentual de positividade e sorotipos virais de dengue confirmados em 2014, por região e Unidade da Federação

Região/ UF	Amostras enviadas n	Positivos		Sorotipos confirmados (%)			
		n	%	DENV1	DENV2	DENV3	DENV4
Norte	274	16	5,8	18,8	0,0	0,0	81,3
Rondônia	14	1	7,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Acre	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	38	5	13,2	0,0	0,0	0,0	100,0
Roraima	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	194	7	3,6	28,6	0,0	0,0	71,4
Amapá	2	1	50,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	26	2	7,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Nordeste	1.006	220	21,9	20,9	0,0	3,6	75,5
Maranhão	43	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Piauí	57	3	5,3	100,0	0,0	0,0	0,0
Ceará	297	66	22,2	54,5	0,0	6,1	39,4
Rio Grande do Norte	15	4	26,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Paraíba	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pernambuco	205	6	2,9	16,7	0,0	66,7	16,7
Alagoas	22	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	25	3	12,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Bahia	341	138	40,5	4,3	0,0	0,0	95,7
Sudeste	3.508	1.217	34,7	89,8	3,3	0,0	7,0
Minas Gerais	982	139	14,2	95,7	0,0	0,0	4,3
Espírito Santo	175	24	13,7	41,7	0,0	0,0	58,3
Rio de Janeiro	389	15	3,9	40,0	0,0	0,0	60,0
São Paulo	1.962	1.039	53,0	91,0	3,6	0,0	5,4
Sul	364	214	58,8	99,0	0,0	0,0	1,0
Paraná	342	197	57,6	99,0	0,0	0,0	1,0
Santa Catarina	1	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rio Grande do Sul	21	17	81,0	94,1	0,0	0,0	5,9
Centro-Oeste	1.169	365	31,2	61,3	0,0	0,0	38,7
Mato Grosso do Sul	106	50	47,2	6,0	0,0	0,0	94,0
Mato Grosso	46	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Goiás	464	248	53,4	81,5	0,0	0,0	18,5
Distrito Federal	553	67	12,1	100,0	0,0	0,0	0,0
Brasil	6.321	2.032	32,1	80,1	1,8	0,4	17,7

Fonte: Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL), Instituto Adolfo Lutz-SP (IAL) e Instituto Evandro Chagas-PA (IEC) (consulta realizada em 02/06/2014). Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Repasse, em dezembro de 2013, de R\$ 363,4 milhões a todos os municípios do país para vigilância, prevenção e controle da dengue. Esse valor representa 30% do valor anual do Piso Fixo de Vigilância e Promoção à Saúde, repassado para 2014 (R\$ 1,2 bilhão).
2. Distribuição, aos estados e municípios, de 100 mil kg de larvicidas, 227 mil litros de aduldicida e 10,4 mil *kits* para diagnóstico.
3. Lançamento, em dezembro de 2013, da nova campanha de mobilização com o *slogan* **Não dê tempo para a dengue**. A intensificação de sua divulgação será realizada durante todo o período sazonal da dengue em 2014.
4. Revisão e elaboração dos planos de contingência de enfrentamento das epidemias de dengue das secretarias estaduais de saúde.
5. Realização de videoconferência com os estados e municípios que funcionarão como sedes ou que hospedarão delegações durante a Copa do Mundo 2014, para elaboração do Plano de Contingência da Dengue.
6. Visitas técnicas para assessorar as UFs na elaboração dos planos de contingência da dengue.
7. Realização de videoconferência de mobilização e avaliação das atividades de prevenção e controle da dengue com representantes das secretarias estaduais de saúde e com dirigentes estaduais de vigilância.
8. Realização de reuniões macrorregionais com as vigilâncias epidemiológicas para aprimoramento da capacidade da análise de dados para dengue.
9. Apresentação às vigilâncias epidemiológicas dos estados, capitais e municípios prioritários do Plano de Contingência Nacional de resposta ao vírus chikungunya. A doença chikungunya não tem registro de casos autóctones no Brasil, porém é transmitida pelos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. O surto de chikungunya que ocorre atualmente no Caribe aumentou o nível de vigilância para esse agravo e a necessidade de preparação para resposta a essa ameaça.